



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA ESPANHOLA**

MARIA EDUARDA CAVALCANTE DE SOUZA

**O PROCESSO DE ENSINO DO ESPANHOL COMO LE PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES.**

**CAMPINA GRANDE
2023**

MARIA EDUARDA CAVALCANTE DE SOUZA

O PROCESSO DE ENSINO DO ESPANHOL COMO LE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras Espanhol da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Letras Espanhol.

Orientadora: Profa. Dra. Isabela Cristina Tavares da Silva

CAMPINA GRANDE

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729p Souza, Maria Eduarda Cavalcante de.
O processo de ensino do espanhol como LE para pessoas com deficiência na perspectiva da formação inicial de professores [manuscrito] / Maria Eduarda Cavalcante de Souza. - 2023.
18 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Espanhol) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.
"Orientação : Profa. Dra. Isabela Cristina Tavares da Silva , Coordenação do Curso de Letras Espanhol - CEDUC. "

1. Ensino de espanhol. 2. Educação inclusiva. 3. Tutoria especial. I. Título

21. ed. CDD 371.9

MARIA EDUARDA CAVALCANTE DE SOUZA

O PROCESSO DE ENSINO DO ESPANHOL COMO LE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras Licenciatura em Língua Espanhola da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em Letras Espanhol.

Área de concentração: Ensino de Espanhol

Aprovada em: 27/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Isabela Cristina T. da Silva

Profa. Dra. Isabela Cristina Tavares da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Luís de Sousa Nóbrega Aguiar Pereira

Profa. Ma. Luís de Sousa Nóbrega Aguiar Pereira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Kaio César Pinheiro da Silva

Prof. Esp. Kaio César Pinheiro da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APEEPB	Associação de Professores de Espanhol do Estado da Paraíba
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
E/LE	Espanhol como Língua Estrangeira
IES	Instituição de Ensino Superior
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCDs	Pessoas com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Individualizado
PNE	Plano Nacional de Educação
PPCs	Proposta Curricular Pedagógica
SUS	Sistema Único de Saúde
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ENSINO DE ESPANHOL NO BRASIL: UM ESTUDO CONTRASTIVO E COMPARADO.....	11
3 ADAPTAÇÃO CURRICULAR E AÇÕES INCLUSIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR:.....	14
4 A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	15
5. PROGRAMA DE TUTORIA ESTUDANTIL ESPECIAL NA UEPB.....	17
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	19
AGRADECIMENTOS.....	20

O PROCESSO DE ENSINO DO ESPANHOL COMO LE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES.

EL PROCESO DE ENSEÑANZA DEL ESPAÑOL COMO LE PARA PERSONAS CON DISCAPACIDAD DESDE LA PERSPECTIVA DE LA FORMACIÓN INICIAL DEL DOCENTE.

Maria Eduarda Cavalcante de Souza¹

RESUMO

Este artigo propõe uma discussão a respeito do ensino de língua espanhola em interface com a Educação Inclusiva, especificamente no que se refere ao ensino de espanhol para pessoas com deficiência na perspectiva da formação docente. Os principais autores utilizados foram: Carvalho (2004), Costa (2010), Gomes (2020), Saviani (2008). A partir dessas considerações, apresentam-se às questões norteadoras dessa investigação: Por que é importante o ensino do espanhol/LE como o promotor da inclusão no ambiente escolar? Será que os professores estão realmente preparados para atender às necessidades e demandas da educação inclusiva? Para tanto, apresentaremos os PPCs de Língua-Espanhola das universidades públicas da Paraíba - UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) e UFCG (Universidade Federal de Campina Grande). Além disso, discutiremos acerca do Programa de Tutoria Especial das Instituições citadas. Portanto, a partir das discussões apresentadas e resultados alcançados nesse estudo reafirmamos que a formação docente continuada e voltada para a inclusão dos alunos com deficiência é imprescindível para garantir uma educação de qualidade e efetiva para todos, assim, o ensino de espanhol como LE, é um elemento importante, pois irá contribuir para ampliação do repertório cultural e linguístico dos alunos, além de ampliar suas habilidades e possibilidades de atuação profissional promoverá o desenvolvimento das competências comunicativas e intercultural.

Palavras-chave: Ensino de espanhol como LE. Educação Inclusiva. Tutoria Especial. PPCs.

RESUMEN

Este artículo propone una discusión acerca de la enseñanza de lengua española en interfaz con la Educación Inclusiva, específicamente en lo que se refiere a la enseñanza de español para personas con discapacidad en la perspectiva de la formación docente. Los principales autores utilizados fueron: Carvalho (2004), Costa (2010), Gomes (2020), Saviani (2008). A partir de esas consideraciones, se presentan las cuestiones orientadoras de esa investigación: ¿Por qué es importante la enseñanza del español/LE como promotor de la inclusión en el ambiente escolar? ¿Están los profesores realmente preparados para satisfacer las necesidades y demandas de la educación inclusiva? Para tanto, presentaremos los PPCs de Lengua-Española de las universidades públicas de Paraíba - UEPB (*Universidade Estadual da Paraíba*) y UFCG (*Universidade Federal de Campina Grande*). Además, discutiremos sobre el Programa de Tutoría Especial de las Instituciones citadas. Por lo tanto, a partir de las discusiones presentadas y resultados alcanzados en ese estudio reafirmamos que la formación docente

¹ Graduanda do Curso de Letras Licenciatura Plena em Língua Espanhola. E-mail: maria.eduarda.cavalcante@aluno.uepb.edu.br

continuada y volcada para la inclusión de los alumnos con discapacidad es imprescindible para garantizar una educación de calidad y efectiva para todos, así, la enseñanza de español como LE, es un elemento importante, pues contribuirá a la ampliación del repertorio cultural y lingüístico de los alumnos, además de ampliar sus habilidades y posibilidades de actuación profesional promoverá el desarrollo de las competencias comunicativas e intercultural.

Palabras-clave: Enseñanza del español como LE. Educación inclusiva. Tutoría especial. PPC.

1. INTRODUÇÃO

A priori, a Educação Inclusiva é uma concepção de ensino contemporânea que tem o objetivo de garantir que todos tenham direito à educação. Apesar do foco, comumente, estar sempre voltado às pessoas com deficiência, segundo o site Diversa ela prevê a igualdade de oportunidades e a valorização do ser humano, assim como, as diversidades étnicas, culturais, religiosas, físicas, intelectuais, sociais e de gênero. Portanto, a educação inclusiva é direcionada para a transformação da sociedade, das políticas vigentes das escolas, de modo que todos possam desfrutar do mesmo acesso ao sistema educativo.

No Brasil, de acordo com o censo de 2010, existem cerca de 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de dificuldade e deficiência, cerca de 24%, como mostra o gráfico a seguir.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

Seguindo os termos apontados pela LDBN de 1996, neste artigo, adotaremos como foco principal da educação inclusiva a garantia dos direitos à pessoa com deficiência. Em 2015, foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) de número 13.146/2015, projeto que trata de aspectos que estão relacionados à inclusão de pessoas com deficiência. No capítulo IV - do Direito à Educação, Art.27, afirma que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2019, p.19)

Entretanto, algumas pessoas com deficiência não estão asseguradas, pois, para se matricular em uma escola de educação regular são necessárias documentações que comprovem que o aluno tem alguma deficiência e assim, os familiares começam a encontrar desafios, tendo em vista que, muitas vezes, um laudo médico é caro e a família não tem condições financeiras,

além da espera pelo SUS ser demorada, porque há uma grande burocracia. Ademais, todos os anos surgem debates sobre a educação especial e inclusão da pessoa com deficiência, pois alguns profissionais, como os educadores, veem a necessidade de ter uma separação dos alunos com e sem deficiência. Para Costa (2010, p.194):

Os conceitos de integração e inclusão ainda geram muitas polêmicas no meio acadêmico, principalmente pelo fato de alguns autores os contraporem e outros acreditarem que se complementam. A confusão entre os conceitos se faz quando atribuem à educação inclusiva o processo de inserir o aluno com necessidade educacional especial no espaço de aula regular, tendo que para isso adaptar-se. Basta inseri-lo. Isso cria a ilusão que estão em correspondência com preceitos inclusivos. (Costa, 2010, p.194)

Nesse sentido, compreendemos que há concepções divergentes sobre integração e inclusão. A primeira implica em um processo de ajustamento do aluno com sua necessidade, para se adequar à dinâmica da escola e turma, entretanto, a segunda tem a perspectiva de adaptação do ambiente educacional para que ele possa recepcionar bem qualquer e todas as atividades diversas existentes.

Sendo assim, apesar do conceito de inclusão estar conquistando espaços na área acadêmica e no campo da legislação educacional, sua implementação vem esbarrando em algumas dificuldades, como falta de formação de professores, insuficiência de recursos e materiais de apoio.

Segundo a plataforma federal *Todos pela Educação*, o Ministério da Educação (MEC), está revisando a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), datada de 2008, devido a uma grande oposição por parte dos educadores, que pedem volta da separação das pessoas com deficiência indo na contramão da perspectiva social, apontando para a eliminação das barreiras e na promoção da acessibilidade, e não separação dos alunos com e sem deficiência.

Logo, ao analisarmos de forma atenta, criteriosa e reflexiva, percebemos que não existe apenas Estatuto da Pessoa com Deficiência, configurado na Lei 13.146, do PNE, da BNCC, existem decretos, portarias, resoluções, notas técnicas e leis que discutem esse mesmo assunto, refletindo a avanços e retrocessos na luta pela inclusão das diversidades e sua integração social garantida pelas políticas públicas.

Outrossim, de acordo com o Censo da Educação Básica, o número de matrículas na educação especial chegou a 1,3 milhões em 2019, um aumento de 34,4% em relação ao ano de 2015. Em que, o maior número é no Ensino Fundamental, cerca de 70,8%, entretanto, no Ensino Médio houve uma maior porcentagem nesse período, com 91,7%. Por isso, é necessário pensar não apenas em ampliar o número de matrículas das pessoas com deficiência nas escolas, senão garantir sua permanência na educação básica. Proporcionando a experiência de um ensino significativo com o alcance de resultados satisfatórios, não resumindo a quantidade, mas ampliando a perspectiva de qualidade. Dado que, não se trata apenas de incluir, é preciso capacitar, não há mudanças sem reflexões, é preciso permitir-se aprender para ensinar.

Expandindo nossa reflexão, nos debruçamos sobre as políticas públicas relacionadas ao ensino de Espanhol como Língua Estrangeira (E/LE) no Brasil e, em seguida, traçaremos sua relação com a inclusão da pessoa com deficiência. Retornando à LDBN de 1996, agora no tocante ao ensino de línguas, a Lei inclui o ensino obrigatório de uma língua estrangeira a partir da 5ª série (atual 6º ano) e de pelo menos uma língua estrangeira no Ensino Médio, ficando a critério da comunidade escolar a escolha da língua.

Expandindo nossa reflexão, nos debruçamos sobre as políticas públicas relacionadas ao ensino de Espanhol como Língua Estrangeira (E/LE) no Brasil e, em seguida, traçaremos sua relação com a inclusão da pessoa com deficiência. Retornando à LDBN de 1996, agora no tocante ao ensino de línguas, a Lei inclui o ensino obrigatório de uma língua estrangeira a partir da 5ª série (atual 6º ano) e de pelo menos uma língua estrangeira no Ensino Médio, ficando a critério da comunidade escolar a escolha da língua.

Posteriormente, foi implementada a Lei de nº 11.161/2005 (BRASIL, 2005) que tornava a oferta do ensino da Língua Espanhola obrigatório no Ensino Médio e facultativo no Ensino Fundamental. No entanto, desde sua aplicação foram enfrentadas dificuldades na implementação nas escolas públicas, pois muitas não tinham professores habilitados. de maneira específica para o ensino de Espanhol, colaborando para a abertura dos cursos de Letras Licenciatura em Língua Espanhola nas universidades brasileiras, o que culminou na oferta de empregos para professores com formação acadêmica em Licenciatura Plena de Letras-Espanhol e concursos públicos, representando um avanço significativo para o ensino de E/LE no Brasil.

Contudo, devido a conflitos do contexto político e sem a consulta profissionais especializados na área, a Lei 11.161/2005 foi revogada no ano de 2017, em função do Novo Ensino Médio, colocando o Brasil em:

[...] retrocesso no que diz respeito ao ensino de língua espanhola, à contribuição do plurilinguismo e pluriculturalismo na educação básica para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, no que se refere ao contexto político-social (GOMES, 2020, p. 9-10).

Consequentemente, pode-se observar o enfraquecimento do ensino de E/LE no Brasil, que não conta mais com oferta obrigatória nas escolas brasileiras. Segundo Tavares (2020, p.2):

a busca pelo curso de Letras Licenciatura em Língua Espanhola obteve uma diminuição, pois a revogação da Lei 11.161/2005 deixou os estudantes sem perspectiva de trabalho, sem a valorização do profissional e com sentimento de frustração.(Tavares, 2020, o.2)

Desse modo, cabe a reflexão sobre como será o destino da Língua Espanhola no Brasil. Apesar disso, alguns estados brasileiros estão à frente desse contexto e buscaram, através da luta promovida pelas Associações de Professores de Espanhol, formas de garantir por meio das políticas públicas a oferta e obrigatoriedade do ensino de Língua Espanhola na esfera estadual e municipal. Um grande exemplo é o estado da Paraíba com a Lei 11.191/2018, que rege sobre o ensino de Língua Espanhola nas escolas públicas paraibanas, além de leis municipais e em trâmites. Como nos aponta Paraquett (2020, p. 27) “[...] está se constituindo num coletivo muito plural que vai fazer o espanhol ficar, não porque seja nossa área específica de trabalho, mas porque é a língua nacional majoritária da América Latina”. Portanto, compreendemos que a língua espanhola é importante para todos, pois o Brasil é um país globalizado e faz vizinho de países hispano-falantes.

Diante do exposto, essa investigação tem como objetivo geral, discutir a respeito da formação do professor de Língua Espanhola em relação a Educação Inclusiva. Os objetivos específicos são: a. Analisar a trajetória de ensino de Espanhol no Brasil da inclusão da pessoa com deficiência; b. apresentar panorama sobre as atividades políticas e educacionais a respeito da inclusão da pessoa com deficiência; c. Reconhecer o acesso e as iniciativas de duas instituições UEPB e UFCG, em seus cursos sobre a formação de professores de Espanhol na Paraíba, a partir das alternativas que ambas apresentam para educação inclusiva.

Para isso, nosso principal objeto de análise será o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de 2 (duas) Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do estado da Paraíba: UEPB e UFCG.

Portanto, considerando toda contextualização, pretendemos discutir de forma contrastiva e comparada a relação entre o ensino de espanhol no Brasil e educação inclusiva, em seguida, discutiremos as ações inclusivas no ambiente escolar e, por fim, apresentaremos nossa análise sobre o currículo e propostas das referidas IES para a educação inclusiva no ambiente acadêmico, em específico, no tocante à formação de professores.

2. A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ENSINO DE ESPANHOL NO BRASIL: UM ESTUDO CONTRASTIVO E COMPARADO.

Considerando nossas reflexões apresentadas na seção anterior, nos questionamos como podemos relacionar o ensino de E/LE com o processo de inclusão das pessoas com deficiência (PCDs)? Primeiramente, é necessário ressaltar que o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em *Jomtien*, na Tailândia em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais, Acesso e Qualidade.

Logo, é dever do Estado assegurar a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo das PCDs. Nesse sentido, a promoção da educação inclusiva deve converter-se em um compromisso ético-político de todos, nas diferentes esferas de poder e em responsabilidade bem definida para sua operação na realidade escolar. Entendemos que a revogação da Lei 11.161/2005 desconsidera a realidade das pessoas com deficiência de baixa renda, estudantes das escolas públicas, que dificilmente não podem ter acesso a cursos de idiomas para atualizar-se ou até mesmo conseguir oportunidades no mercado de trabalho.

No mais, o ensino de línguas estrangeiras (LEs) nas escolas tem como objetivo preparar os alunos no âmbito linguístico e cultural, obtendo assim, a capacidade de se comunicar com diversas pessoas ao redor do mundo, ampliar sua noção intercultural e sua percepção da diversidade. Como afirma Revuz (1998, p. 227): “Eu da língua estrangeira não é, jamais completamente, o eu da língua materna” e acrescenta: “[...] aprender uma língua é sempre, um pouco, tornar-se um outro”.

Tendo em vista que a aprendizagem de uma língua estrangeira ajuda ampliar competências comunicativa e intercultural, conseqüentemente, possibilita novas oportunidades no contexto cultural, profissional e pessoal, além de representar um requisito básico para o mercado de trabalho - pois é uma maneira de interagir globalmente - o ensino de Língua Espanhola faz-se necessário para permitir ao estudante uma vivência intercultural em um país como o Brasil, cercado de países hispano-falantes.

Diante das considerações aqui abordadas, retomamos o questionamento apresentado: Qual é a relação do ensino de Língua Espanhola com a Educação Inclusiva para a pessoa com deficiência? Quando se aprende uma língua estrangeira o indivíduo se sente incluído na sociedade, pois é possibilitada a sua interação social em diferentes contextos e apresentam-se novos cenários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Primordialmente, deve-se entender que a língua não é apenas para comunicação global e sim uma representação cultural, é a identidade de sujeitos, de um povo, ou seja, é essencial que todos tenham acesso a uma segunda língua. Entretanto, há uma construção social que descredibiliza o direito à educação da pessoa com deficiência, seja ela visual, auditiva, entre outras, legitimando que não seriam capazes de aprender, quando na verdade, a deficiência nestes casos não representa um impedimento para a aprendizagem de E/LE.

Portanto, reforçamos com esse tema a necessidade de refletir a importância da educação inclusiva e como o ensino de língua estrangeira, em especial, de Língua Espanhola funciona como ponte para a promoção da inclusão social. Bem como, apresenta relação com a trajetória pessoal da pesquisadora, que atuou como tutora de um estudante com deficiência visual durante sua formação no curso de Letras Licenciatura em Língua Espanhola na UEPB, campus I.

Dito isso, apresentamos, as questões norteadoras desta investigação: Por que é importante o ensino de Língua Espanhola como o promotor da inclusão no ambiente escolar? Será que os professores estão realmente capacitados para atender às necessidades e demandas da educação inclusiva?

A língua espanhola começou a ganhar destaque no Brasil impulsionada pelo Mercosul, bloco econômico que foi formado no ano de 1991 pelos países da região da América do Sul. O qual esse bloco econômico tem como objetivo a circulação de pessoas, bens e serviços entre os países. Desse modo, percebemos o apelo político-econômico para a oferta da disciplina de Língua Espanhola no currículo escolar brasileiro. De acordo com informações presentes no site *Escola do legislativo do Estado da Paraíba*:

O Espanhol é hoje um idioma de fundamental importância no mundo. Cada vez mais pessoas estudam e falam espanhol em todo o mundo. O Brasil está cercado de países que falam espanhol, e é por isso que estamos em constante contato com esta língua e cultura. O espanhol tornou-se um dos principais veículos de comunicação nos meios diplomáticos, no comércio mundial, nas competições esportivas, no turismo, nos encontros de líderes políticos mundiais, nos congressos sobre ciência, tecnologia entre outros. (Site Escola do Legislativo Estado da Paraíba).

A partir desta década, tornou-se crescente e evidente que aprender o espanhol seria importante e um diferencial para as relações comerciais e turísticas. Além disso, a globalização pode possibilitar o surgimento de novas profissões que exigiam o conhecimento de uma língua estrangeira, abrindo-se caminhos para o espanhol como ferramenta de comunicação e de trânsitos comerciais e laborais.

Sendo assim, multiplicou-se a procura por cursos e aulas particulares de espanhol, assim, levando a uma crescente necessidade de incluí-lo no ensino da rede pública. Portanto, podemos afirmar, que a Lei do Espanhol da Paraíba (11.191/2018) prevê que o estudante tenha a oportunidade de conhecer outra língua e a possibilidade de ampliar seu espectro de inclusão social.

Cabe dizer que, o contexto histórico do ensino do espanhol na Paraíba tem sua origem a partir da década de 1990. Esse período foi caracterizado pelo fenômeno da globalização, que provocou mudanças significativas em termos de trocas culturais, comerciais e turísticas, como citamos anteriormente. Até a implementação da Lei de nº 11.191/2018 no estado, também denominada Lei do Espanhol da Paraíba, muitos foram os percalços para a legitimação do idioma no currículo escolar paraibano. A referida Lei, luta de professores, estudantes e da Associação de Professores de Espanhol do Estado da Paraíba (APEEPB), torna o ensino da Língua Espanhola obrigatório no Ensino Médio e facultativo no Ensino Fundamental.

À vista disso, no Artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 2018 afirma-se que: “Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito”. Diante disso, compreendemos que o ensino deve ser inclusivo e contemplar todas as pessoas, sendo ou não uma pessoa com deficiência. Desse modo, a escola deve encontrar-se na posição de espaço inclusivo por excelência e os cursos de formação de

professores devem voltar-se a compreender as implicações dessa inclusão nas metodologias de ensino, assim como, no processo de interação e construção das relações na sala de aula.

Como efeito, é perceptível que a classe profissional de professores está defasada nesse quesito, pois não se tem um trabalho intensificado sobre educação inclusiva no âmbito escolar. Atualmente, percebemos que o docente que deseja atuar e dialogar na inclusão do aluno com deficiência, deve buscar fazer cursos de aperfeiçoamento/capacitação após e/ou paralelamente do ambiente da graduação. Quando se trata de educação inclusiva e língua estrangeira, o processo é mais complexo, reforçando nosso questionamento: Será que o professor de língua estrangeira saberá lidar com as práticas inclusivas em sala de aula?

Dessarte, pode-se observar, uma crescente preocupação da sociedade com a educação inclusiva e com a formação dos professores, por isso, é latente a necessidade de uma especialização, de cursos e capacitações nessa área, pois, deve-se ter uma metodologia voltada para inclusão de todos em sala de aula. O ambiente de aprendizagem virtual do Ministério da Educação (AVA/MEC) possui diversos cursos voltados para a área de Educação Inclusiva, como, por exemplo: Atendimento Educacional Especializado (AEE), currículo na educação inclusiva, deficiência visual e entre outros.

Ao mesmo tempo, percebemos como a classe das pessoas com deficiência era marginalizada pela sociedade e por sua própria família. Segundo Costa (2020), a marginalização das pessoas com deficiência predominou até o século XX, quando a partir de ideias revolucionárias, buscou-se através de projetos, normas, leis, documentos nacionais e internacionais, propostas educativas, dentre outros, a transformação do cenário educacional que envolvia pessoas com necessidades educacionais especiais e ainda mais, sua permanência em ambientes escolares adaptados às suas necessidades e em salas de aula do ensino regular.

Por outro lado, Costa (2012, p. 83), indica que:

[...] No Brasil, algumas tribos do Alto Xingu, no Mato Grosso, até hoje exterminam os bebês que nascem com deficiência, enterrando-os vivos, por acreditarem que criança nascida com deficiência não tem condições de ir para a selva, de trabalhar, de garantir seu sustento, de se defender [...]. (Costa, 2012, p.83).

Situações trágicas como essa refletem as consequências da falta de conhecimento e instrução a respeito das capacidades e inclusão da pessoa com deficiência, denotando a importância de discussões amplas na sociedade desmistificando estereótipos e construções sobre as habilidades e oportunidades da pessoa com deficiência.

Dessa maneira, concordamos com Saviani (2008, p.110), ao afirmar que: “A escola é o espaço de transmissão sistemática dos saberes historicamente acumulados pela humanidade com a finalidade de capacitar o indivíduo a participar como agente de construção e transformação da sociedade.” Ou seja, é responsabilidade das instituições de ensino, não apenas as escolas, mas também as universidades, promover mudança sobre essa mentalidade limitante a respeito das PCDs.

Os ambientes educativos se tornam espaços ainda mais importantes para educação inclusiva, pois devem enfatizar sempre o respeito, igualdade e diversidade, assim, deverão garantir que todas as pessoas tenham acesso aos saberes como agentes de transformação social e quebra de paradigmas.

Posto que, a educação inclusiva enfatiza a importância dos valores éticos da sociedade, portanto, a escola se torna um espaço fundamental para promover esses valores, por meio da reflexão, da crítica e da democracia. A partir disso, caminhamos à reflexão e discussão sobre o papel da interação e da mediação do professor nesse processo.

Segundo Nóvoa (1992, p. 09): "não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica sem uma adequada formação de professores." Logo, é urgente a presença da educação inclusiva como disciplina e presença na grade curricular das IES. Além

disso, acreditamos ser muito mais que tarefa, atualizar-se e capacitar-se é responsabilidade do professor, realizar cursos especializados na área da educação inclusiva, pois na sala de aula irá deparar-se com desafios para além dos conhecimentos teóricos previstos nos planos de ensino de cada componente curricular. Vale salientar, que o Estado tem o papel principal promovendo políticas públicas, materiais e espaços adequados para a efetivação dessa proposta.

Costa (2020, p. 8) aponta que “A questão da formação de professores não é algo recente. Ela surgiu no século XIX em resposta às transformações ocorridas na sociedade após as revoluções, principalmente a Revolução Francesa, que trouxe para pauta a questão da instrução popular”. Sendo assim, as universidades precisam se adequar e se adaptar com a evolução da sociedade, influenciando diretamente na atuação de professores em exercício e professores em formação nas práticas inclusivas no ambiente escolar.

Por isso, para atender aos alunos com necessidades especiais é necessário que as instituições de ensino ofereçam a esses sujeitos um ambiente acolhedor e sensível à diversidade. No caso da aula de idiomas, materiais adaptados às necessidades dos alunos auxiliam diretamente na prática inclusiva das PCDs, por exemplo, o uso da tecnologia para auxiliar pessoas com deficiência visual ou baixa visão, como o recurso da audiodescrição.

É importante que os espaços educativos sejam concebidos como um ambiente inclusivo e acolhedor, podendo receber todos os alunos, independente das suas necessidades. Como ressalta Carvalho (2004, p. 109):

Ora se a significação de escola for denotada e conotada como o estabelecimento no qual estão professores, alunos e outras pessoas que lá trabalham e a de inclusão como o de inserir conjuntos de alunos em outros conjuntos, já existentes, então a função da escola inclusiva, enquanto espaço físico, enquanto cenário seria o de introduzir, nela, alunos que antes estavam excluídos de seu interior. (Carvalho, 2005, p.109).

Em definitiva, entendemos que a promoção de uma LE na escola permite que o aluno possa desenvolver suas habilidades de comunicação e melhorar sua autoestima e autoconfiança. Por essa razão, a escola inclusiva, como o espaço físico e social de integração, pode ajudar a promover a inclusão de todos, com o suporte da Língua Espanhola como ponte para a promoção da diversidade sociocultural.

3 ADAPTAÇÃO CURRICULAR E AÇÕES INCLUSIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR:

Nessa seção abordaremos a perspectiva das ações inclusivas nas escolas, apresentando o que é adaptação curricular, o que significa e a importância do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) para tornar concretas as iniciativas de inclusão nos espaços educativos.

Compreendemos a escola como espaço de capacitação de todas as pessoas e transformação da sociedade, permitindo que os alunos com deficiência, seja ela qual for, desenvolvam suas habilidades e talentos. Assim, é essencial que o Estado invista na educação especial inclusiva, para que esteja presente ativamente nas escolas e não apenas nas leis, pois só há desenvolvimento com investimentos.

O Ministério da Educação indica que a adaptação curricular é definida como um conjunto de modificações e/ou ajustes realizados no currículo escolar para atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos de aprendizagem ou outras condições especiais. De acordo com a legislação brasileira, a adaptação curricular deve ser realizada de forma individualizada e com base em avaliações pedagógicas, que levará em conta as habilidades, o ritmo e a aprendizagem de cada indivíduo.

Entretanto, essas adaptações curriculares podem ser obtidas de diferentes formas: como na metodologia de ensino, na avaliação, nas atividades propostas, na comunicação e com o uso de recursos tecnológicos. Portanto, tudo irá depender de diversos fatores, sendo os principais, o desenvolvimento por parte do Estado e a capacitação dos professores. Por exemplo, para o uso de tecnologias digitais nas escolas, é necessário serviço de internet estável de qualidade e materiais adequados com professores que saibam gerenciar as ferramentas.

Pensando nisso, a adaptação curricular é uma estratégia fundamental para a inclusão e aprendizagem dos alunos com deficiência física, visual, auditiva e com transtornos de aprendizagem, uma vez que ela deve garantir a universalização ao acesso à educação de qualidade, uma formação adequada para os professores. Assim, a adaptação curricular é indispensável para o ensino de espanhol na educação inclusiva.

Em conformidade com, Maria Vania Quirino dos Santos (2020, p.6) o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) é um instrumento didático-pedagógico descritivo utilizado para auxiliar as ações pedagógicas de aprendizagem do aluno com deficiência que recebe o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). De forma semelhante, Correia (2016, p.23), explica que:

A organização desse documento deve estar atrelada a estratégias de ensino diferenciadas, processuais, que acompanham o desenvolvimento do aluno desde o início, entendendo as necessidades, potencialidades e dificuldades vivenciadas por ele. s atividades curriculares, portanto, devem possibilitar a todos os estudantes expressar-se de maneiras e níveis diferentes. (Correia, 2016, p.23).

Em outras palavras, é importante ter uma organização bem estruturada do documento, que esteja alinhada com estratégias que permitam que o aluno seja acompanhado desde o início da educação. No ambiente acadêmico, por exemplo, temos o Programa de Tutoria Especial na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) para acompanhamento de alunos com deficiência, seja ela intelectual, visual ou física, do qual trataremos mais adiante.

Retiramos que é de suma importância que a escola e o professor entendam as necessidades e dificuldades de cada aluno, a fim de adaptar as atividades de forma personalizada e inclusiva. Visando promover um ensino efetivo e por conseguinte um processo de aprendizagem significativa. Entretanto, trazendo para o ensino na língua espanhola, a abordagem personalizada é ainda mais importante, pois o aluno poderá estar tendo o contato com a língua pela primeira vez e assim deve-se permitir que o aluno se expresse da maneira que ele se sinta mais confortável.

Portanto, uma efetiva organização documental e uma escola bem estruturada com recursos adequados são essenciais para o sucesso do ensino de línguas estrangeiras, pois irá permitir que o professor entenda as necessidades do aluno, assim, adaptando as atividades de maneira adequada.

4 A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Antes de iniciar nossa análise, é necessário explicar que o é o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), um documento elaborado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) que contém a sua proposta educacional, os objetivos, as metas e estratégias de ensino e avaliação do curso da universidade pesquisada. É indispensável para a existência do curso, bem como para direcionar os professores e alunos a respeito do currículo e da realização de ações pedagógicas, permitindo que a instituição possa, posteriormente, avaliar seus resultados.

Conforme anteriormente explicado, a nossa análise se debruça sobre os projetos de PPCs de duas universidades públicas localizadas no município de Campina Grande (PB), que

são Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

O PPC da UEPB obteve uma nova formulação no ano de 2016 no mês de dezembro com um núcleo de estruturação realizado por cinco docentes. Ele possui alguns tópicos como: missão do ensino superior, projeto pedagógico, organização curricular e política institucional. Já o PPC da UFCG possui menos informações, e passou por última modificação no ano de 2014, pelo Conselho Universitário, descrevendo, apenas, as resoluções e componentes curriculares.

No PPC do Curso de Letras Licenciatura Plena em Língua Espanhola da UEPB há uma descrição das diretrizes, objetivos, estratégias pedagógicas e outros aspectos do curso oferecido pela instituição. Ao longo da leitura desse documento, se faz menção à educação especial e inclusiva, no entanto, salientamos que mesmo que esse tema não seja abordado explicitamente, ele deve ser considerado pelos professores e coordenadores do curso, pois a inclusão é uma preocupação urgente e fundamental no ensino atual, ainda mais quando se fala em língua estrangeira.

No entanto, o PPC de Letras Espanhol da UEPB traça a ementa de dois componentes curriculares que fazem citação à educação especial inclusiva: *Educação Especial I e Didática*.

Pode-se fazer uma conexão desses dois componentes citados acima, pois ambos trabalham a educação especial inclusiva, entretanto, "*Didática*" é uma disciplina obrigatória do curso, enquanto "*Educação Especial I*" é apenas eletiva, não é um componente obrigatório. Abaixo, apresentamos as ementas das referidas disciplinas.

Figura 1: Ementa da disciplina de "*Didática*" no PPC de Letras Espanhol da UEPB

Básico Comum

LTP06081 - Didática

Ementa

A educação ao longo da história. Didática. Diretrizes Nacionais para a Educação Inclusiva. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Saberes e prática da Inclusão. Planejamento como instrumento da ação docente. Avaliação da Aprendizagem.

Fonte: PPC - Letras-Espanhol (2016, p. 69)

Figura 2: Ementa da disciplina de "*Educação Especial I*" no PPC de Letras Espanhol da UEPB

LTP06107 - Educação Especial

Ementa

Educação Especial e Educação Inclusiva: políticas, pesquisas e práticas na educação para a diversidade. Conceitos e relações entre diversidade, desigualdade, deficiência, igualdade e estigma. Sujeitos com necessidades educativas especiais. Aprendizagem e desenvolvimento.

Fonte: PPC - Letras-Espanhol (2016, p.70)

A Educação Especial Inclusiva, está associada ao conceito de ideia de educação para todos e no respeito à peculiaridade de cada indivíduo. Ela é um modelo educacional que busca a promoção da igualdade social, diante de um ambiente educativo que seja adaptado às demandas de suas dificuldades.

Todos os conteúdos presentes na disciplina de "*Educação Especial I*" (Figura 2) são imprescindíveis para o conhecimento do professor de espanhol a respeito da inclusão na aula de língua estrangeira, no entanto, por ser uma disciplina de caráter optativo, os estudantes podem decidir cursá-la ou não, gerando uma lacuna na formação. Contudo, reconhecemos que é um componente curricular que contribui para formação inicial dos professores de espanhol possibilitando a aquisição de conhecimentos teóricos e também práticos, a depender das propostas de atividades que forem desenvolvidas ao longo do semestre, possibilitando a oportunidade de conhecer, aprender e refletir sobre a importância da educação inclusiva.

Por outro lado, a disciplina de "*Didática*" (Figura 1), de caráter obrigatório para o curso de Letras Espanhol da UEPB, menciona "Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva". Percebemos, com isso, que a disciplina também orienta o professor em formação à ciência das políticas públicas ao redor da educação inclusiva na educação. Ao mesmo tempo, a disciplina de Didática também pode ser explorada no sentido de observar a metodologia de ensino para o desenvolvimento das práticas de educação inclusiva. Isso pode ser realizado através da atribuição de práticas colaborativas, problematizações curriculares e a interação com pessoas com deficiência no corpo docente da Universidade.

Em contrapartida, ao analisarmos o PPC do Curso de Letras Espanhol da UFCG, não encontramos menção explícita à educação especial inclusiva. Nesse sentido, consideramos que é preciso rever e reformular o documento, pois a ausência de ofertas no de formação inicial de professores de espanhol nos faz pressupor a falta de reconhecimento e conseqüentemente a não visibilidade e pouca valorização acerca da necessidade de (re)conhecer, aprender e refletir sobre a importância da capacitação profissional para o trabalho com PCDs.

Reiteramos que a Educação Especial está definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e tem como público-alvo educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, sendo transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino e pelo que pode ser observado ela não é utilizada na prática.

Realizando um comparativo entre as duas Universidades citadas, pode-se perceber que a UEPB no curso de Letras Espanhol está mais avançada na questão da grade curricular por ter dois componentes que abordam a questão da educação especial inclusiva, comparado a UFCG que no seu PPC apresentam componentes voltados majoritariamente para conceitos de Língua e Literatura.

Logo, é essencial promover discussões em sala de aula sobre práticas pedagógicas adaptáveis para promoção de ambientes inclusivos, de modo que possibilite a reflexão sobre a prática inclusiva. Sugerimos que façamos uma busca de parcerias com profissionais para garantir uma perspectiva mais ampla e trabalhar de forma colaborativa na promoção de uma educação inclusiva.

Apesar de suas carências a respeito da formação de professores de espanhol para a educação inclusiva, percebemos que, em ambas as universidades existe um programa de tutoria estudantil com a finalidade de auxiliar alunos com deficiência no ambiente acadêmico. Trataremos na próxima seção, portanto, de descrever como funciona o programa de tutoria especial na UEPB.

5. PROGRAMA DE TUTORIA ESTUDANTIL ESPECIAL NA UEPB

Primeiramente é importante compreender, o que é "Tutoria Especial"? É um programa que oferece assistência estudantil aos estudantes com necessidades especiais. Estes podem incluir estudantes com deficiência física, visual, auditiva, assim como também alunos com

transtornos de aprendizagem. Portanto, esse programa é para facilitar a inclusão do estudante com deficiência na Universidade, auxiliando o mesmo em sua vida acadêmica.

O programa de tutoria especial da UEPB foi criado no ano de 2006, com o objetivo de oferecer assistência pedagógica e proporcionar ao tutor experiências que contribuam para a sua formação. Entretanto, para ser tutor na UEPB, o aluno precisa passar por 3 etapas: a. inscrição; b. logo após seu Currículo e seu histórico escolar será avaliado; c. assim passará por uma entrevista. Após essas etapas, se a pessoa inscrita for qualificada, inicia-se o acompanhamento do tutorando.

O tutor é o estudante bolsista que deve auxiliar o aluno com deficiência, enquanto o tutorando, é o estudante que contará com o apoio do tutor. Para concessão da bolsa todos os meses é necessário que o tutor tenha carga horária semanal de 12h e realize a entrega de relatório mensal, comprovando o seu acompanhamento com o tutorando, sendo ele físico ou remoto. Ao longo dos semestres são feitas reuniões com os tutores e tutorandos para avaliação da experiência do programa e das partes envolvidas.

Acreditamos que a tutoria especial possa complementar a formação dos professores de língua espanhola a respeito da educação inclusiva, tratando na prática do acompanhamento, das lacunas e questões que possam ser desconsideradas pelo currículo. De igual modo, entendemos a importância dessa prática para a perspectiva de inclusão não-separatista, possibilitando que tutor e tutorando possam experimentar a integração e diversidade no ambiente acadêmico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta investigação foi possível reafirmar, refletir e reconhecer a importância do processo de inclusão de alunos com deficiência é um tema importante na educação em consonância com a língua estrangeira, em especial o espanhol, pois pode desempenhar um papel importante na formação acadêmica e social dos estudantes com deficiência. Nesta pesquisa documental, foi possível observar a importância de uma formação docente adequada para que o ensino de espanhol esteja em sintonia com a educação especial inclusiva.

Também, foi possível refletir sobre a relevância de políticas públicas inclusivas e necessidade de investimento por parte do Estado para que se configure uma educação inclusiva adequada nos espaços educativos. Entretanto, os resultados que foram obtidos indicam que ainda existem lacunas nos conhecimentos teóricos e práticos de professores em formação na estrutura do currículo das suas IES analisadas na Paraíba.

Fica evidente a necessidade de se ter nas universidades recursos e materiais de acessibilidade para tornar o processo de aprendizagem mais efetivo e inclusivo, como o programa de Tutoria Especial. No entanto, vale ressaltar que há um crescente interesse pela formação em educação especial inclusiva, podendo esperar em um futuro promissor para a melhoria da inclusão de alunos com deficiência na aprendizagem de língua espanhola.

De todo modo, acreditamos na necessidade de melhoria na formação do docente de Letras Espanhol nas referidas Universidades, tratando o componente de Educação Inclusiva como obrigatório no currículo, e não somente uma discussão sobre as políticas públicas inseridas em outra disciplina. No mais, é necessário trabalhar com os professores em formação como adaptar atividades e materiais às necessidades do estudante com deficiência.

A formação docente deve ser concebida de modo a atender às necessidades específicas dos alunos, enfatizando sempre o desenvolvimento das habilidades pedagógicas específicas do ensino do espanhol, promovendo assim, através da aprendizagem do idioma, uma participação ativa na sociedade brasileira de forma inclusiva.

Portanto, diante dessas considerações e de tudo que foi exposto nessa pesquisa, podemos concluir que a formação docente continuada e voltada para a inclusão dos alunos com deficiência é imprescindível para garantir uma educação de qualidade para todos, assim, o ensino de espanhol, é um elemento importante, pois irá contribuir para ampliação do repertório cultural e linguístico dos alunos, e o desenvolvimento de competências como comunicativa e intercultural.

Ressaltando que é de suma importância a mudança dos dois PPCs, da UEPB e UFCG, pois foi analisando a necessidade de disciplinas que preparem os professores em formação inicial para sala de aula. Assim, espero que essa pesquisa inspire outros pesquisadores sobre o assunto e que venha contribuir para a área.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988._____. Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Brasília, DF, 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm>. Acesso em: 10 abr. 2010.
- Brasília,DF,1996.Disponível em: [L9394](#). Acesso em: 20 de nov. de 2022.
- CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CORREIA, António Miguel. Educação Especial: limites e potencialidades da educação inclusiva. Interritórios. v. 2, n. 3. 2016
- COSTA, V. B. da. Inclusão Escolar do Deficiente Visual no Ensino Regular. 4 ed. Paco Editorial. Jundiaí, São Paulo, 2012.
- COSTA, Vítor Marques. A formação inicial de professores de espanhol na perspectiva da educação inclusiva. Paraguai: Universidad Autónoma de Asunción - Paraguay, 2020.13
- EDUCAÇÃO inclusiva: conheça o histórico da legislação sobre inclusão. Todos pela educação, São Paulo, 04 de março. de 2020. < Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/> >. Acesso em: 20 de nov. de 2022.
- GOMES, M. H. P. POLÍTICAS SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NA PARAÍBA: um estudo sobre o processo de implementação curricular na rede pública de ensino. TCC (Especialização em Língua Estrangeira) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Cabedelo, PB, p. 9-10, 2020.
- NÓVOA, Antonio (Org.). (1992). Os professores e sua formação. Lisboa, Portugal: Dom Quixote.
- PARAQUETT, Márcia. As quatro ondas do hispanismo no Brasil. abehache - nº 17 - 1º semestre 2020.
- QUIRINO, Maria Vânia. Uso do plano de desenvolvimento individualizado (PDI) para a inclusão educacional de alunos com deficiência. Porto Alegre. 2020.
- REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (Org.) Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado das Letras, 1998.
- SAVIANI, D. Escola e democracia. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008a.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2008b.

TAVARES, Jéssica. *Influência da revogação da lei do espanhol na formação dos acadêmicos do curso de letras/espanhol da UNIOESTE/Cascavel*. Paraná: LHM, 2020.

AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer a Deus por ter chegado até aqui, pois sem Ele nada disso poderia ser realizado, por toda a força que colocou no meu coração que me ajudou a lutar até o fim

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Isabela Cristina Tavares da Silva, pelas várias leituras, orientações e discussões que me capacitaram para realização deste artigo. Minha eterna gratidão por sua sábia condução durante todo meu processo de escrita, pelos conselhos e direcionamentos, sem dúvidas, foram essenciais para conclusão desse grande sonho. Deu-me também apoio nos momentos que mais precisei.

A minha família que se dedicaram todos esses anos para mim, dando suporte e me apoiando em todas as minhas decisões e também não poderia deixar ressaltado a importância do meu noivo, agradeço por toda dedicação, por ser calmaria, por todo apoio para que eu chegasse até aqui.

Aos professores que participaram da banca, por suas valiosas contribuições, fazendo-me refletir e aprimorar a presente investigação.

Aos professores substitutos e efetivos, de todos os componentes curriculares durante os anos de formação inicial, muito obrigada, pelos conhecimentos compartilhados, por serem inspiração e exemplos de compromisso, comprometimento e dedicação.